

BENJAMIM AFONSO

FIXAÇÃO DAS FRONTEIRAS TERRESTRES DE ANGOLA

Prólogo de
Márcio Cataia



@ BENJAMIM AFONSO/MAYAMBA EDITORA, 2023

Colecção

Biblioteca da História

Título

Fixação das fronteiras terrestres de Angola

Autor

Benjamim Afonso

Prólogo

Márcio Cataia

Revisão

Mayamba Editora

Desenhos de mapas:

Alégria P. Mufungueno | Fernanda da Silva | Antónia Pascoal | Daniel Raul | Pascoal Pombal | Garcia Luzolo

Editor

Arlindo Isabel

Capa e paginação

Carlos Roque

Edição

Mayamba Editora, Luanda - Angola

Rua da Liga Nacional Africana, n.º 13

Distrito Urbano da Ingombota | Município de Luanda

Luanda, Angola

Telefone: +244 944 301 219 | 993 937 773 | 927 648 964 | 931 930 264

E-mail: mayambaeditora@yahoo.com | Site: mayambaeditora.com

Facebook: <https://www.facebook.com/MayambaEditora>

1.ª edição, Luanda, Dezembro de 2023

Tiragem: 1000 exemplares

Impressão e acabamento

SOPOL

Depósito Legal n.º 10689/2022

ISBN: 978-989-761-352-4

Esta edição teve o financiamento de:



Í N D I C E

17	ACRÓNIMOS, ABREVIACÕES E SIGLAS
21	LISTA DE TABELAS
25	PRÓLOGO
29	INTRODUÇÃO
33	CAPÍTULO I
	CONCEITO GERAL SOBRE AS FRONTEIRAS
35	1.1 Fronteiras e limites
38	1.2 Linha e zona de fronteira
39	1.3 Tipo de limites
41	1.4 Marcos de fronteira ou monumentos
45	1.5 Comissão Mista Permanente de Defesa e Segurança entre países fronteiriços
51	CAPÍTULO II
	DIVISÃO DE ÁFRICA
51	2.1 Expansão das potências, peripécias e primazia de Portugal na descoberta das Terras no Mundo
54	2.2 Anacrónica expansão de outras potências
55	2.3 Política externa portuguesa face às ocupações em África
56	2.4 Breve historial sobre a delimitação dos territórios de África
58	2.5 Controvérsias da ocupação do Norte de Angola

- 67 2.6 O Mapa Cor-de-rosa e a questão do Barotze
- 73 2.7 A Conferência de Berlim
- 86 2.8 O Bloco de Sul da África
- 98 2.9 Impérios e colónias

103 C A P Í T U L O I I I

TRATADOS, PROTOCOLOS E CONVENÇÕES QUE DEFINIRAM OS LIMITES DE ANGÓLA

- 103 3.1 Convenção de 12 de Maio de 1886 relativa à delimitação das possessões portuguesas e francesas na África Ocidental
 - 103 3.1.1 Fronteira de Cabinda com África Equatorial Francesa
 - 104 3.1.2 Região de Cabinda, entre os rios Massabi e Chiloango
 - 105 3.1.3 Protocolo assinado em Paris a 12 de Janeiro de 1901
- 107 3.2 Convenção entre Portugal e a Associação Internacional do Congo assinado a 14 de Fevereiro de 1885 em Berlim
- 110 3.3 Convenção de 25 de Maio de 1891, entre Portugal e o Estado Livre do Congo
 - 110 3.3.1 Região de Cabinda a Sul do Chiloango
 - 111 3.3.2 Angola da Foz do Rio Congo até ao Cuango
 - 112 3.3.3 Protocolo da descrição da fronteira desde Noqui até ao mar
- 114 3.4 A Convenção de 1885 e a questão da Lunda
 - 118 3.4.1 Circular às legações de Portugal
 - 122 3.4.2 Acordo entre os Governos de Portugal e do Estado Independente do Congo sobre a questão da Lunda
- 125 3.5 Declaração sobre a fronteira da região da Lunda, assinada em Bruxelas, em 24 de Março de 1894, pelos Governos de Portugal e do Congo
- 130 3.6 Convenção de 22 de Julho de 1927 assinada em Luanda por comissários dos Governos português e belga
 - 130 3.6.1 A troca de territórios Dilolo-M'Pozo
 - 142 3.6.2 Conclusão
- 145 3.7 Tratado de 1891 à fronteira de Angola do lado Oriental e para o Sul da divisória das águas do Zaire e do Zambeze

- 150 3.7.1 As cartas de Angola de 1892 e 1900 e o “Atlas Colonial Português” de 1903
- 155 3.7.2 Termos da sentença arbitral proferida em 30 de Maio de 1905 pelo rei da Itália
- 159 3.7.2.1 Protocolo assinado entre Governo da República Portuguesa e de Sua Majestade britânica a 5 de Março de 1915
- 171 3.8 Acordo final de 16 de Agosto de 1931 da fronteira Angola-Sudoeste africano-Rodésia do Norte entre Cubango e Cuando
- 171 3.8.1 Acordo referente à fronteira Caprivi Zipfel-Angola e Rodésia do Norte e relação apensa da designação e posição dos marcos que a definem
- 177 3.9 Acordo relativo a indígenas de Angola e da Rodésia do Norte a viver na região do rio Cuando
- 178 3.10 Acordo de interpretação da sentença arbitral de 30 de Maio de 1905 entre o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e o Governo da República Portuguesa
- 180 3.11 Tratado entre o Governo de Sua Majestade o rei de Portuga e o Governo de Sua Majestade o imperador da Alemanha
- 184 3.11.1 Declaração relativa à delimitação das possessões portuguesas e alemãs na África Meridional, assinada em Lisboa a 30 de Dezembro de 1896

187 C A P Í T U L O I V

SITUAÇÃO GEOGRÁFICA DE ANGOLA

- 187 4.1 Situação e descrição
- 188 4.2 Morfologia e orografia
- 188 4.2.1 Clima
- 190 4.2.2 Relevo
- 192 O cordão de montanhas
- 193 4.2.3 Hidrografia
- 194 4.2.4 Vegetação
- 198 4.2.5 Linha de costa
- 200 4.2.5.1 Características da linha de costa

201 C A P Í T U L O V

**EXTENSÃO DAS FRONTEIRAS
TERRESTRES DE ANGOLA**

202 5.1 Província de Cabinda

204 5.2 Província do Zaire

206 5.3 Província do Uíge

208 5.4 Província de Malanje

209 5.5 Província da Lunda-Norte

211 5.6 Província da Lunda-Sul

212 5.7 Província do Moxico

215 5.8 Província do Cuando Cubango

216 5.9 Província do Cunene

217 5.10 Província do Namibe

219 5.11 Argumentação sobre os dados ajustados

221 C A P Í T U L O V I

**ACTAS DE DELIMITAÇÃO
DAS FRONTEIRAS DE ANGOLA**

221 6.1 Actas da fronteira luso-francesa do Distrito de Cabinda

241 C A P Í T U L O V I I

**TRABALHOS TOPO-GEODÉSICOS
REALIZADOS AO LONGO DA FRONTEIRA
DE ANGOLA NO DISTRITO DE CABINDA
COM A ÁFRICA EQUATORIAL FRANCESA
E CONGO EX-BELGA**

241 7.1 Definição

242 7.2 Trabalhos de implantação no terreno
da fronteira definida, em 1901

246 7.2.1 Questões suscitadas nesta fronteira

258	7.3 Plano da Campanha de 1955
258	7.3.1 Criação da comissão e os projectos
259	7.3.2 Reacção francesa aos projectos portugueses
261	7.3.3 Constituição da Comissão Portuguesa, finalidade e primeiros trabalhos
262	7.3.4 Triangulação Geodésica da Região de Cabinda
265	7.3.5 Resumo da campanha
268	7.3.6 O problema da estrada francesa Kimongo-Dolisie
270	7.4 Plano da Campanha de 1956
270	7.4.1 Trabalhos realizados. Sinalização e observação da triangulação reconhecida em 1955 de V.G. Capelo a Massabi
272	7.4.2 Materialização no terreno do alinhamento A-B
276	7.4.3 Prosseguimento da observação da Rede Geodésica
276	7.4.4 A questão do paralelo da confluência Luali-Belize e da baliza F
278	7.4.4.1 A posição da baliza F
280	7.4.5 Considerações finais
281	7.5 Plano da Campanha de 1957
283	7.5.1 Tarefa a cumprir. Geodesia e fronteira de Cabinda
287	7.5.2 Forma como decorreu o trabalho
290	7.5.3 A triangulação reconhecida e a sua ligação às balizas de fronteira
294	7.5.4 Notas finais. Considerações sobre a campanha
297	7.6 Campanha de 1958
298	7.6.1 Preparação da campanha e a organização da brigada
301	7.6.2 Preparativos de observação e normas de trabalho
308	7.6.3 Reconhecimento e sinalização
312	7.6.3.1 Alguns resultados
324	7.6.4 Cópia da Acta de 31 de Dezembro de 1958
329	7.6.5 Trabalhos realizados em 1956, 1957 e 1958
343	7.7 Campanha de 1960. Fronteira de Cabinda com o Congo ex-Belga

- 343 7.7.1 Programa de trabalho e a campanha
- 347 7.7.2 Trabalhos da Brigada de Cabinda
- 351 7.7.3 Actuação da Brigada de Cabinda
- 357 7.7.4 Cadeia fundamental de Cabinda
- 365 7.8 Descrição dos vértices sinalizados e implantados na Campanha de 1957-1958 e 1960 da brigada de Cabinda
- 389 7.9 Trabalhos de campo executados na fronteira de Cabinda com a República do Congo-Brazzaville, respeitantes ao alinhamento C-D e as balizas do paralelo do Yema

395 C A P Í T U L O V I I I

TRABALHOS TOPO-GEODÉSICOS REALIZADOS AO LONGO DA FRONTEIRA DE ANGOLA COM O CONGO EX-BELGA

- 395 8.1 Campanha de 1954
- 398 8.1.1 Plano de triangulação
- 400 8.2 Campanha de 1957
- 400 8.2.1 Grupo de reconhecimento do Congo
- 401 8.2.2 A região. Orografia e vias de comunicação
- 402 8.2.3 Reconhecimento e cadeia principal do meridiano 13° 30' E
- 404 8.2.4 Cadeia principal do paralelo de 6°
- 408 8.2.5 Considerações finais
- 410 8.3 Campanha de 1958
- 410 8.3.1 Programa de trabalho e constituição da brigada - Zona do Congo
- 412 8.3.2 A região. Orografia e hidrografia
- 413 8.3.3 Trabalho realizado, reconhecimento e cadeia fundamental do meridiano 13° 30' E
- 416 8.3.4 Observação e considerações gerais
- 421 8.3.5 Considerações finais
- 423 8.4 Campanha de 1960
- 423 8.4.1 Programa da campanha. Trabalhos realizados
- 424 Trabalhos da Brigada do Congo
- 431 8.4.2 Resumo dos trabalhos executados pela Missão de Delimitação da Fronteira Luso-Belga no paralelo 8° Sul

- 436 8.4.3 Traçado da fronteira luso-belga desde o rio Cuango até ao rio Cassai. Triangulação da foz do Luacano
- 441 Triangulação da foz do Luacano
- 441 8.5 Campanha de 1966
- 442 8.5.1 Desenvolvimento e características do trabalho.
- 446 8.5.2 Trabalhos de gabinete realizados na metrópole
- 462 8.5.3 Trabalhos de gabinete

465 C A P Í T U L O I X

TRABALHOS TOPO-GEODÉSICOS REALIZADOS AO LONGO DA FRONTEIRA DE ANGOLA COM A UNIÃO SUL-AFRICANA

- 465 9.1 Campanha de 1960
- 465 9.1.1 Constituição da Comissão de Fronteira do rio Cuando. Traçado da fronteira ao longo do meridiano 24º entre os paralelos (10º e 13º)
- 475 9.1.2 A Campanha de 1960 nas suas linhas gerais
- 486 9.1.3 Resumo
- 489 9.1.4 Considerações finais
- 491 9.1.5 Considerações gerais
- 496 9.1.6 Trabalhos de fronteira de Cuando da Campanha de 1960. Triangulação geodésica
- 500 9.2 Programa da Campanha de 1961
- 500 9.2.1 Brigada da fronteira do Cuando.
- 504 9.2.2 Cálculos e montagem da figura reconhecida na campanha anterior da fronteira do Cuando
- 504 Relatório da fronteira do rio Cuando
- 505 9.2.3 A Campanha nas suas linhas gerais
- 517 9.2.4 Equipamentos utilizados no trabalho
- 520 9.2.5 Considerações finais
- 522 9.3 Programa da Campanha de 1962
- 522 9.3.1 Apoio geodésico da fronteira do rio Cuando e o traçado da picada
- 527 9.4 Campanha de 1963

- 527 9.4.1 As brigadas e a sua constituição
- 528 9.4.2. Os trabalhos realizados. Triangulação e poligonação
- 531 9.4.3 Trabalho realizado pela delegação portuguesa à Comissão Mista da Fronteira do rio Cuando
- 533 9.4.4 Contacto com as brigadas e colaboração nos respectivos trabalhos
- 536 9.4.5 Considerações finais
- 538 **9.5 Campanha de 1964**
- 539 9.5.1 Observação do meridiano 22° 00' Este
- 542 9.5.2 Plano dos trabalhos de triangulação e cobertura geodésica do meridiano 22°
- 545 9.5.3 A cadeia fundamental
- 548 9.5.4 A cadeia complementar
- 554 9.5.5 Observação da triangulação ao longo do paralelo 12° até ao meridiano 22°
- 558 9.5.6 Trabalho realizado no meridiano 17° 30' E
- 565 9.5.7 Observação do paralelo 12° Sul desde o seu cruzamento com o meridiano 22° até ao Luso
- 566 9.5.8 Resumo dos trabalhos executados pela brigada de observação durante a Campanha de 1964
- 572 **9.5.9 Considerações finais**

575 C A P Í T U L O X

TRABALHOS TOPO-GEODÉSICOS AO SUL DE ANGOLA NA REGIÃO DE PEREIRA D'EÇA

- 575 **10.1 Campanha de 1960**
- 583 10.1.1 A observação de figuras
- 594 10.1.2 Trabalhos a Leste do rio Cunene
- 609 10.1.3 A observação
- 618 **10.2 Campanha de 1966**
- 618 10.2.1 Triangulação da foz do rio Cunene
- 621 10.2.2 Apoio geodésico à foz do rio Cunene

631 C A P Í T U L O X I

O SILÊNCIO SELECTIVO FACE À SITUAÇÃO ACTUAL DAS FRONTEIRAS DE ANGOLA

631 11.1 Políticas de defesa e segurança das fronteiras

633 11.2 A conjuntura das fronteiras terrestres de Angola

637 11.3 Degradação da situação nas fronteiras de Angola

643 11.4 Faixa de fronteira

647 A D I T A M E N T O

MERIDIANOS E SISTEMA DE REFERÊNCIA UTILIZADOS PARA FIXAÇÃO DAS FRONTEIRAS EM ANGOLA

651 B I B L I O G R A F I A

P R Ó L O G O

Ao surgirem os modernos Estados territoriais já herdaram um espaço interior compartimentado, porquanto preexistia aos territórios nacionais uma divisão especial do trabalho e uma divisão política do território. Com o desenvolvimento do capitalismo, a divisão do mundo em territórios nacionais sedimenta-se e é com base nesta estrutura que as sociedades politicamente se enquadram. Neste quadro, as fronteiras têm o papel de limites demarcadores dos distintos projectos sociopolíticos.

Hoje, em face da globalização, a compartimentação do espaço mundial revela duas facetas contraditórias e solidárias. Por um lado, as fronteiras devem delimitar com clareza o território nacional que consagra à sociedade que nele vive o seu abrigo, este é o princípio da soberania internacional, mas, por outro lado, a economia transnacionalizada opera fluxos financeiros e normativos que atravessam as fronteiras, promovendo um enfraquecimento das suas funções destinadas à protecção.

As oportunidades de fluidez oferecidas pelo meio técnico-científico e informacional, as revoluções nos transportes e nas comunicações, ilustram sobejamente esse processo, possibilitaram a unificação técnica do planeta, mas, paradoxalmente, desde o seu surgimento, esse meio geográfico testemunha a sua maior compartimentação. Nesta era da velocidade, de encurtamento das distâncias geométricas, os territórios nacionais padecem, em distintos graus, das influências de um mundo que efectivamente se globaliza, mas é a partir deles que se efectivam as relações interestatais, é na sua estrutura que se fundam quadros legais de legitimação do poder e reconhecimento das soberanias.